

Estimados colegas congressistas:

Na minha intervenção pretendo abordar esse gravíssimo, imoral e chocante problema da precariedade que atinge milhares de professores, cuja situação de profunda instabilidade profissional se arrasta, para muitos há longos anos, defraudando as suas legítimas aspirações e condicionando, dramaticamente, as suas vidas.

Caros colegas, os **professores contratados**, que na sua maioria, desempenham funções de carácter permanente nas nossas escolas, realizando todas as funções inerentes ao conteúdo socioprofissional da profissão docente, mas que sucessivos governos, usam como mão-de-obra barata, embora altamente qualificada, conhecem desde há muito o olímpico desprezo e a instabilidade profissional a que têm sido condenados pelos diferentes poderes políticos.

Na realidade sistematicamente tratados como filhos de um deus menor, viajam de terra em terra, de escola em escola, de contrato em contrato, almejando por uma estabilidade profissional sempre sonhada mas nunca alcançada.

Na verdade se a anterior equipa do Ministério de Educação se caracterizou por um ataque frontal e sem limites aos legítimos direitos e dignidade profissional de todos os professores, a sua acção foi particularmente nefasta no que concerne à situação já de si bastante fragilizada dos **professores contratados**.

Seria exaustivo e, limitações de tempo não me permitem, enumerar a acção do anterior Ministério em que, através de legislação sucessiva, conduziu os contratados para uma situação de maior instabilidade e de extrema precariedade.

Assim referirei apenas alguns dos aspectos mais relevantes:

- fim da anualidade dos concursos, o que torna cada vez mais remota a esperança de estabilidade profissional;
- contratos cada vez mais precários, regidos por essa espécie de "magna carta" da precariedade, que é o decreto **35/2007** que retirou aos **professores contratados** alguns dos poucos direitos que lhes restavam;
- o fim dos contratos administrativos de provimento e a passagem de todos os **professores contratados** para o regime de contrato resolutivo;
- sucessivas alterações no sistema de colocações, acabando com as cíclicas e, generalizando as ofertas de escola, tornando assim o sistema mais arbitrário e menos transparente;
- legislação que impediu os professores com habilitação própria (independentemente do número de anos de experiência) de concorrerem em sede de concurso nacional, apesar de o poderem fazer em ofertas de escola;

- a imposição de uma prova de ingresso injusta e sem razão de ser e, que é uma afronta para quem está há muito no sistema, desempenhando com profissionalismo e dignidade a função de professor;

- a avaliação injusta e arbitrária de que os contratados foram as primeiras cobaias;

- o simulacro de concurso de 2009, em que depois de se terem aposentado mais de **14000 professores**, apenas entraram para o quadro **396 docentes** para, logo em Setembro, serem recrutados cerca de 15000 em necessidades residuais e ofertas de escola, na sua, parece que, eterna condição de professores precários;

- Em Setembro de 2009 a CGA numa atitude completamente ilegal, recusa as reinscrições de **professores contratados**, tendo os respectivos descontos ficado cativos nas escolas, sendo que só em Dezembro foi resolvida a questão;

Enfim, muito mais poderia dizer mas não sendo possível, quero referir uma recente decisão da nova equipa ministerial e do Governo que, mais uma vez atinge em primeiro lugar os contratados, mas se não conseguirmos com a nossa luta travar, tal pretensão, atingirá no próximo ano lectivo todos os professores. Naturalmente estou a referir-me à pretensão do M.E., como que rendendo uma homenagem e, prestando um tributo à ex-ministra Maria de Lourdes Rodrigues, pretende impor a consideração da avaliação de desempenho, na graduação dos concursos, o que provocará profundas arbitrariedades e injustiças.

Caros colegas, para finalizar esta breve e certamente limitada análise da vida dos professores contratados, a quem o professor Santana Castilho chamou de "**escravos do século XXI**", numa analogia histórica, que pela tragédia humana que foi a escravatura, seja talvez ousada, mas que lembrando-me da extrema precariedade em que estão os professores das A.E.C.s, em que o seu trabalho é regateado pelo menor preço, talvez não seja excessivo, realizando-se o nosso Congresso em pleno Alentejo e, sendo eu alentejana fazer uma analogia com as tristemente célebres "praças de jorna" dos campos do Alentejo, em que também se regateava pelo menor preço o trabalho duro e tão explorado dos corajosos trabalhadores alentejanos.

Assim quero aqui gritar bem alto, que é uma injustiça, uma indignidade e uma imoralidade que 36 anos depois da revolução do 25 de Abril persista, no nosso sistema educativo, essa vergonhosa situação de permanente precariedade de milhares de professores contratados.

Espero que do nosso Congresso saia uma determinação clara de **luta pela vinculação dos professores contratados** para que estes consigam alcançar a tão desejada estabilidade profissional e, na senda de Sophia de Mello Breyner possam enfim dizer: "**este é o dia que eu esperava**".

Lina Oliveira; Dirigente SPGL; Membro da Frente de Professores e Educadores Contratados e Desempregados do SPGL; Delegada ao 10º Congresso da FENPROF

Montemor, 23 de Abril de 2010